

## **COMPLEXO CAFFEEIRO E ESTRUTURA FINANCEIRA: UMA OBSERVAÇÃO SOBRE A ECONOMIA DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS (1889/1930)**

Anderson Pires\*

A consideração da realidade da economia da zona da Mata mineira e suas transformações estruturais em seu período marcado pelo predomínio da atividade agrícola de exportação impõe uma análise em que tentaremos sintetizar, no espaço mais breve possível, alguns dos elementos que julgamos mais importantes, esclarecidos muito mais como ponto de partida para futuras pesquisas do que propriamente pretendendo encerrar a discussão de aspectos por si só controversos e, assim, marcados por distintas interpretações presentes em trabalhos relativos à historiografia sobre o tema ou a região.

Constituindo-se em um espaço social e econômico que só recentemente vem sendo objeto de estudos sistemáticos, com base em fontes cuja natureza e estrutura permitem uma aproximação muito maior com a realidade empírica a ser investigada, a região da zona da Mata tem demonstrado uma relevância histórica bastante significativa, seja pela diversidade de sua dinâmica social e econômica ou pelas particularidades que contém, principalmente quando inserida no quadro de estudos regionais que, explicitamente ou não, tem assumido algumas interpretações mais recentes na historiografia.

Se sua base de exportação permite sua inserção no quadro geral das economias de feições agroexportadoras que se desenvolveram no país, o contexto político-administrativo e o espaço econômico em que se estruturou configuraram-lhe uma natureza interiorana que vai condicionar boa parte de suas especificidades, aqui entendidas, de início, por assimetrias diversas decorrentes da ausência de uma estrutura de comercialização externa em seu espaço próprio. Além disso, o quadro geral de sua articulação com o próprio universo político do estado de Minas, permeado não menos por contradições e assimetrias quando visto na sua evolução geral, também lhe impôs sérios condicionantes em seu processo próprio de evolução estrutural. Marcada por ser uma das regiões mais ricas e economicamente dinâmicas de Minas Gerais, no período aqui em questão, os limites espaciais em que se desenvolveu a produção agroexportadora da Mata destoam significativamente, quando comparada à vastidão do estado, de seu potencial econômico e os impactos e disseminação da produção cafeeira estiveram longe de constituir uma base

homogênea a caracterizar o conjunto da “unidade” de Minas, contrariamente a outros centros de produção.

Ora, em ambos os casos temos a formação de vetores que, em grande parte, vão impor ao espaço econômico em questão uma posição periférica implícita em qualquer análise que tenha na própria zona da Mata seu objeto principal. Em outras palavras, a *ausência de um núcleo comercial de exportação* e o *deslocamento definitivo da estrutura do poder político estadual*, com todas as conseqüências que poderiam trazer, selaram os limites no interior dos quais esta economia iria se organizar e desenvolver.

É importante perceber que boa parte da bibliografia referente à cidade e região terá neste cenário o ponto de referência fundamental de suas interpretações. Marcadas por secundar conclusões relativas ao contexto do conjunto da província e futuro estado (assumido como uma entidade constituída equivocadamente de uma homogeneidade sócio-econômica interna), tais interpretações têm em comum o fato de reduzir a economia da Mata à sua natureza periférica. Assim, esta economia seria uma espécie de estrutura amorfa e inativa, destituída de contornos e condições que lhe imprimissem uma delimitação enquanto espaço regional e econômico próprio, no interior do qual teria se verificado as condições suficientes de um importante processo de acumulação de capital e da efetivação da transição capitalista que teria marcado outras regiões de produção agrária de exportação no país<sup>1</sup>. A consideração desta estrutura como uma *economia de enclave* (que tem predominado em vários estudos presentes na historiografia “mineira”, mesmo que restritos ao século XIX<sup>2</sup>) é emblemática neste sentido, porque, para além da sua completa ausência de conteúdo e de sua desconsideração de importantes regiões para a formação histórica de Minas, não tem se colocado como um ponto de vista propriamente estimulante para futuros estudos sobre a região.

É certo que esta historiografia deu suas contribuições para o universo histórico regional. No entanto, uma visão mais apurada tem revelado o quanto estas mesmas interpretações têm se distanciado da realidade histórica do município e região. Partindo de um ponto de vista que

---

\* Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

<sup>1</sup> LIMA, J. H. (1981). *Café e Indústria em Minas Gerais – 1870/1920*. Vozes, Rio de Janeiro; CANO, W. (1985). “*Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras*”. *Revista Estudos Econômicos*, IPE/USP, São Paulo, 15(2): 291-306, mai-ago.

<sup>2</sup> “A região cafeeira foi, desde o início, um **enclave exportador** que não teve praticamente nenhum impacto na vida econômica do resto da província. Ela era uma extensão da cafeicultura fluminense e todas as suas ligações eram com estado do Rio de Janeiro. (...)” MARTINS, R. *A Economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX*. (1982). CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, p. 39 (grifo nosso). MARTINS, R. e MARTINS, A. (1983). “*Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited*”. *Hispanic American Historical Review*, 63 (3), 537-568.

íntegra, *a priori*, o universo interno das categorias e estruturas que caracterizaram Juiz de Fora e região ao seu arsenal explicativo, outra tem sido a percepção de sua natureza histórica e seus padrões de crescimento, ritmo, dinâmica social e econômica têm revelado uma experiência de desenvolvimento econômico relativamente singular quando confrontada com aquela de outros centros de produção agroexportadores existentes no país no mesmo período.

Em primeiro lugar, seu ciclo básico de produção cafeeira ocorrera dentro dos marcos cronológicos deste trabalho, dotando o núcleo agroexportador desta economia de uma dinâmica suficiente para gerar inúmeros efeitos de encadeamento<sup>3</sup> cuja efetivação acabou por constituir-lhe uma diversificação setorial digna de qualquer “complexo agroexportador cafeeiro” que tenha surgido no período, desde que saíamos de modelos que se pretendam tipificadores do conjunto da realidade brasileira<sup>4</sup>. A constituição de uma rede de transportes a partir de meados do século XIX, neste sentido, é significativa: eminentemente vinculada à forma de expansão do cultivo da rubiácea, envolveu agentes econômicos, iniciativas empresariais e (em sua grande maioria) recursos locais, gerados na própria produção cafeeira; dentre seus inúmeros impactos deve ser destacada a integração efetiva do espaço regional à economia de exportação, permitindo a disseminação do cultivo e um amplo crescimento da produção, que acabará colocando a Mata como uma das principais regiões de produção cafeeira do país; além disso, possibilitou a consolidação de um centro urbano de referência e de uma hierarquia de cidades que lhe era imanente e que aos poucos foi se delineando na região. A consolidação de uma capital regional e entreposto urbano deve ser entendida como aspecto central na constituição de qualquer complexo regional porque representa todo o potencial de internalização de investimentos e de fluxos de recursos financeiros gerados na economia da cidade e região, se colocando como ponto de articulação e espaço privilegiado do desenvolvimento de atividades tipicamente associadas ao movimento de reprodução e à expansão capitalista da economia.

Desta forma, também seria digno de nota a emergência de um segmento financeiro-bancário como parte dos efeitos de encadeamento gerados pela produção cafeeira (com destaque para o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, fundado em 1889). Para além do impacto imediato da constituição de um aparelho bancário em qualquer economia, representou uma nítida

---

<sup>3</sup> HIRSCHMAN, A. (1985). “*Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: Uma Abordagem Generalizada.*” In SORJ, B., CARDOSO, F.H. e FONT, M. (1985). **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. Brasiliense, São Paulo. CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. (2000). **The Export Age: The Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries**. Palgrave, New York.

<sup>4</sup> CANO, W. (1977). **Raízes da Concentração Industrial de São Paulo**. Difel, São Paulo.

expansão das formas de acumulação do capital agrário da região, envolvendo, como no caso dos transportes, iniciativas e recursos gerados na própria produção cafeeira<sup>5</sup>. Além disso, em se tratando da dimensão financeira da economia, manteve importância estratégica nos fluxos de recursos interestaduais que marca a economia da Mata. Sua estruturação implicou na ruptura de um importante canal de afluência de excedente gerado na economia local para o Rio de Janeiro, ao qual a região tinha até então se inserido como área de financiamento principal; por sua própria natureza institucional constituiu um importante instrumento de captação e retenção de recursos gerados no espaço desta economia e, pelas articulações que manteve como instrumento de crédito do setor produtivo, atuou bem próximo dos “motores de crédito”<sup>6</sup> que alguns bancos regionais chegaram a desempenhar em outras experiências de diversificação urbana e industrial<sup>7</sup>. As condições principais para internalização dos movimentos de captação, retenção e inversão de excedente no espaço econômico do complexo regional estavam criadas, sendo elas próprias importantes componentes de sua definição enquanto tal.

Deve ser lembrado que o núcleo deste sistema bancário coincidiu com o centro urbano de referência da região, consolidando e contribuindo com sua função de pólo articulador de recursos desta economia. Neste sentido, são merecedores de destaque, dentro do desempenho do Banco de Crédito Real, o comportamento e o ritmo de crescimento da rubrica depósitos<sup>8</sup>, em especial se tivermos em mente sua capacidade de reunir recursos disseminados pela região através da expansão de sua rede de agências não só pela Mata, mas também de outras regiões de Minas. É importante lembrar que a abertura de agências muitas vezes esteve envolvida como contrapartida do Banco aos inúmeros acordos realizados com o governo do estado e sua consequência foi um importante movimento de expansão de crédito para distintos setores de produção (agrários e urbanos) disseminados pelo interior da região da zona da Mata mineira.

É sob este universo das relações do Banco com o estado de Minas que se percebe a importância do surgimento do sistema bancário local como uma das formas em que concretizou também os efeitos de encadeamento fiscais na região. Parte integrante importante das assimetrias

---

<sup>5</sup> PIRES, A. (1993). **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói. Capítulo 3.

<sup>6</sup> PIRES, A. (2004). **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889/1930)**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo. p. 219

<sup>7</sup> COTTRELL, P. (1993). **Industrial Finance, 1830-1914**. Gregg Revivals, Methuen, p. 13-16; HANLEY, A.G. (1995). **Capital Markets in the Coffee Economy: financial institutions and economic change in São Paulo, Brazil, 1840-1905**. Op. cit. p. 73; POWELL, E. (1966). **The Evolution of the Money Market, 1385-1915**. Frank Cass and Co. Ltd., London, p. 117-24, pp. 285-86; 122. NEAL, L. (1997). “*The Finance of Business during Industrial Revolution*.” In FLOUD, R. and McCLOSKEY, D.N. (1997). **The Economic History of Britain since 1700**. Cambridge University Press. Vol. 1, p. 168

acima consideradas, o fluxo de recursos obtidos pelo estado com a estrutura tributária que incidia sobre o café envolvia um volume bastante significativo<sup>9</sup> e, dada a feição regional extremamente desigual de Minas no período, era inevitável o deslocamento entre o espaço principal de captação e aqueles de destino destes mesmos recursos<sup>10</sup>.

No entanto, esta constituição bastante singular dos efeitos de encadeamentos fiscais para a região, pelo contraste, só corrobora a idéia de estruturação de um complexo agroexportador regional na zona da Mata. A estreita relação mantida entre o próprio estado e o aparelho institucional de crédito representado pelo Banco possibilitou que os recursos obtidos predominantemente na economia regional (mas catalisados e reunidos fora de seu espaço econômico) pudessem retornar para a própria economia local, ao menos aquela parcela dedicada à concessão de crédito para a lavoura cafeeira, fosse de curto ou longo prazo, envolvido ou não com os planos de valorização que caracterizam o período.

Quando se pensa na capacidade do Banco em reunir recursos (públicos e privados) que foram disponibilizados para suprir demandas financeiras específicas, determinadas pela forma de organização da produção de agroexportação e sua natureza essencialmente endógena do ponto de vista regional, percebemos a importância da confluência dos efeitos de encadeamento fiscais e aqueles de natureza financeira a caracterizar a estrutura de financiamento de Juiz de Fora e região. A partir dela consolida-se um circuito financeiro em que oferta, demanda e transações de recursos e valores no tempo vão se efetivar no mesmo espaço econômico, denotando a existência de um mercado financeiro<sup>11</sup> no interior do *complexo agroexportador de Minas*, questão à qual retomaremos ainda nesta análise.

<sup>8</sup> PIRES, A. (2004). Op. cit. Tabela 47.

<sup>9</sup> “Se bem que tenha caído ao longo da década (...), é fundamental a participação do imposto de exportação na receita do governo do Estado de Minas nos anos 20. Chega, na primeira metade da década, a corresponder à metade do total da arrecadação pública. Neste período em torno de 70% desse imposto é pago pelo café (...). Se agregássemos a esse tributo as outras arrecadações que incidem sobre o café (...), constataríamos que, sem dúvida, a maior fonte de receita do governo do Estado nessa época era constituída pelo café, a ponto de se afirmar que a situação do orçamento estadual era extremamente dependente do ciclo cafeeiro.” COSTA, F.N. (1978). **Bancos em Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 2 vol. p. 71

<sup>10</sup> MIRANDA, S. (1999). **Cidade, Capital e Poder**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, p. 137

<sup>11</sup> “Os mercados de crédito ocupam um lugar destacado na história econômica uma vez que os especialistas estão plenamente convencidos de que os fluxos de empréstimos são controlados por instituições específicas que reduzem os problemas de informação assimétrica. Em outras palavras, as relações de crédito dependem de instituições que ajudam tomadores e provedores de recursos a conhecerem mais um sobre os outros.(...) Mas antes de discutir os mercados financeiros em particular, pode-se perguntar o que constitui um mercado. Nós definimos um mercado como qualquer sistema organizado de troca, seja centralizado ou descentralizado, formal ou informal. Um mercado pode alocar recursos baseado em preços, informações ou em uma combinação de ambos. Ele pode ser imperfeito no sentido de que os custos de transação (a diferença entre o que um comprador paga e um vendedor recebe) podem ser expressivos. Uma relação destes custos de transação pode ser longa; mas no que se refere ao crédito ela inclui não apenas taxas para a realização de empréstimos e contratos, mas também impostos, custos para se encontrar um provedor disponível ou as perdas decorrentes da insolvência dos devedores (...).” HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J.-L. (2000). **Priceless Markets: the political economy of credit in Paris, 1660-1870**.

Mas a dinâmica do núcleo agroexportador também tornou possível a transformação das relações sociais que caracterizavam a estrutura de produção desta economia, envolvendo rearranjos que resultaram numa gama relativamente diferenciada de relações sociais de produção tipificadas pela articulação da força de trabalho em níveis variados com o mercado. Mesmo assim, estas novas relações sociais vão permitir que uma parcela relativamente importante da renda gerada pelas exportações (aquela destinada à reprodução da força de trabalho) se transformasse em recursos monetários disponíveis para consumo<sup>12</sup>. Desta forma, os efeitos de encadeamento de consumo, um dos principais vetores da transformação urbano-industrial nas economias aqui em consideração, ganharam uma nova dimensão e puderam desempenhar no seio da economia regional todo o potencial de diversificação e dinamização econômica que pode produzir: a monetização generalizada das transações envolvidas na economia, um grande impulso por demanda monetária e a constituição de um mercado de consumo de massa, voltado basicamente para satisfazer a demanda e a reprodução da força de trabalho radicada no complexo.

O corolário imediato desta última transformação do universo social da estrutura de produção agroexportadora local foi a criação de condições para o desenvolvimento de um parque industrial pequeno de início, mas que acabou por assumir uma proporção e diversidade tais que colocaram o seu pólo urbano de referência como o mais importante núcleo industrial de toda a unidade administrativa da qual fazia parte<sup>13</sup>. A industrialização mineira, que teve no século XIX um importante momento de crescimento e expansão (principalmente em seu ramo têxtil e nas regiões Centro e Norte do estado<sup>14</sup>), conheceu no final do mesmo século um sintomático movimento de deslocamento para aquela região que tem sido considerada seu “apêndice agroexportador” e que, como se sabe, constituiu resultado de estruturas econômicas fundamentalmente regionalizadas, dotadas de contornos e ritmos próprios, fundamentando assim movimentos de acumulação de capital bastante diferenciados entre si. *O distanciamento entre o processo de industrialização e a estrutura agrícola de mercado externo, demasiadamente*

---

University of Chicago Press, p. 11-12. ROSENTHAL, J.-L. (1994) “*Rural Credit Markets and Aggregate Shocks.*” In **Journal of Economic History**. Vol. 54, n. 2., jun. , p. 288. O leitor encontrará uma boa análise da evolução do conceito de mercado na literatura em SWEDBERG, R. “*Markets as Social Structures*”. In SMELSER, N.J. and SWEDBERG, R. (1994). **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton University Press, pp. 255-283.

<sup>12</sup> PIRES, (1993). Op. cit. Capítulo 3. SARAIVA, L.F. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870/1900**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.

<sup>13</sup> GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.

<sup>14</sup> OLIVEIRA, M.T. (1991). **The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: beginnings and early development, 1868-1906**. PhD. Thesis, University College, London.

*ressaltado por alguns setores da historiografia de Minas, não deve ser validado para o conjunto da experiência mineira.*

Além de seu porte, o processo de industrialização da cidade resultou numa estrutura industrial significativamente diversificada, onde além da produção de uma gama extremamente variada de bens de consumo, não estiveram ausentes setores como mecânica, química, embalagens, papelão, metalurgia, cimento, papel, entre outros. A presença destes setores só indica que a industrialização local se deu em um ritmo tal e atingiu proporções suficientes para gerar induções a investimentos em outras indústrias que, por sua natureza, implicavam na produção de insumos e bens de capital para o próprio setor industrial<sup>15</sup>. Neste sentido, é importante lembrar que os setores de mecânica e litografia (para além da produção de tornos, prensas, teares, turbinas, máquinas, fornos, etc.) chegou a produzir motores elétricos que foram colocados em teste para produção em série<sup>16</sup>, um refinamento em se tratando de uma industrialização “periférica”. Esta simbiose, onde distintos setores industriais se articulam e complementam, mesmo que não tenha se definido no interior do espaço econômico em questão, não é comum a todos os processos de industrialização e afasta definitivamente aquelas visões que procuram reduzir a experiência de industrialização local a um mero surto industrial<sup>17</sup>.

É certo que setores como o de mecânica marcavam presença já nas primeiras fases da industrialização do município, dado seus estreitos laços iniciais com a produção de exportação, autêntico representante, que foi, dos efeitos retrospectivos dentro do complexo. Além disso, sempre esteve articulado à economia agrícola de mercado interno (outro componente extremamente importante do complexo regional) acompanhando o crescente significado da agricultura de alimentos *pari passu* ao desenvolvimento de centros urbanos de importância na Mata. Assim, a presença de máquinas de beneficiamento de arroz, milho, cana, fumo, além de engenhos diversos, moinhos, arados, irrigadores vão assumindo uma proporção cada vez mais significativa entre os produtos do setor<sup>18</sup>.

O setor agrícola vinculado ao mercado interno regional, inconcebível fora do universo agrário de exportação ao qual se articulava, também desencadeou outros importantes efeitos

<sup>15</sup> PIRES, A. (2004). Op. cit. Capítulo 3

<sup>16</sup> Ainda em 1919, um anúncio de um jornal local noticia a construção de dois motores elétricos de 6 HP, ressaltando: “...*tendo sido todo o material empregado na sua confecção exclusivamente nacional, com exceção apenas dos fios de cobre.*” Diário de Minas 02/10/1919.

<sup>17</sup> TOYOSHIMA, S.H. (1986). **Evolução de uma Economia Periférica: o caso de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo. PAULA, M.C. (1976). **As Vicissitudes da Industrialização Periférica: o caso de Juiz de Fora –1930/1970**. Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte.

multiplicadores na economia local, contribuindo decisivamente para seu processo de diversificação econômica e da própria constituição e definição do complexo agroexportador da Mata. A produção de leite, a indústria de laticínios e o seu correlato setor produtor de insumos e máquinas para a elaboração do produto e derivados constituem um excelente exemplo das dimensões e potenciais envolvidos no processo de acumulação de capital fundamentado na produção agrária de mercado interno da economia<sup>19</sup>.

Mas talvez seja a estrutura comercial do município de Juiz de Fora aquela que mais represente o potencial gerado pelo mercado interno criado no complexo agroexportador da Mata. Por este mesmo motivo incorporou, por sua própria natureza e funções desempenhadas na economia, as assimetrias decorrentes da identidade *exportadora* do complexo e sua natureza *interiorana*. Mantendo uma importância dentro do complexo regional que dispensa comentários, a evolução da estrutura comercial de Juiz de Fora possui um significado que vai transcender os próprios limites espaciais na qual estava inserida. Primeiro porque a estrutura de comercialização externa do produto principal sempre esteve deslocada em relação ao espaço da produção exportadora, componente essencial, como já observado, da natureza periférica da economia aqui em consideração. Segundo porque sintetizou o conjunto da demanda gerada nesta economia por distintos bens de consumo e produção e, pela proximidade com o Rio de Janeiro, manteve posição privilegiada como centro de articulação e distribuição de produtos, por exemplo, importados, os únicos a satisfazer durante boa parte do período as demandas geradas não apenas no complexo regional como também de outras tantas regiões de Minas.

Quanto aos recursos envolvidos é importante salientar, antes de mais nada, o posicionamento secundário ocupado pelo município no conjunto deste circuito dada sua impossibilidade de contato direto com o mercado internacional. Mas sua colocação como empório comercial de mercados que se disseminavam pelo interior, alguns importantes porque alimentados por rendas geradas por exportações, permitiu, também parcialmente, a internalização dos fluxos de recursos que tiveram na própria cidade um de seus pontos de confluência mais importantes. O resultado foi a criação de uma estrutura comercial extremamente forte e diversificada, que correspondeu à colocação do município como um dos principais centros atacadistas do estado com o correspondente crescimento da riqueza comercial e mercantil de Juiz

---

<sup>18</sup> PIRES, A. (2004). Op. cit. p. 101 ss.

<sup>19</sup> DESTRO, J.A. (1998). **Do Café para o Leite: A Pecuária como Alternativa Econômica ao Café (1896/1940)**. Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em História Econômica, FEA/UFJF, mimeo.



de Fora. Ora, o capital comercial constitui presença marcante em qualquer complexo econômico porque tem em seu processo de acumulação e reprodução um importante mecanismo de constituição do capital industrial, regra à qual o município não constituiu exceção, dados os inúmeros casos de plantas industriais surgidas em decorrência da acumulação de capital no comércio, como a historiografia local já tem revelado o suficiente<sup>20</sup>.

Contudo, a parcela relativa ao comércio de exportação de café não destoa como poderia se esperar em relação à estrutura comercial anterior, visceralmente vinculada a produtos envolvidos com o mercado interno, em um espectro que vai bem além de alimentos e outros produtos agrícolas. Como vimos, a permanência do Rio de Janeiro como principal espaço de comercialização externa da produção cafeeira da região impôs sérios limites ao crescimento deste setor específico no interior da estrutura comercial de Juiz de Fora. Marcada pela presença significativa de inúmeras unidades de comércio em grosso, (envolvidas principalmente com secos e molhados, ferragens em geral e instrumentos agrícolas, bebidas, têxteis, destilarias etc.), o comércio do café foi realizado parcialmente no interior da estrutura acima considerada e, se chegou a constituir um ramo especializado na economia, este se marca visivelmente por agências e casas de representação e de firmas comissárias *localizadas no Rio de Janeiro*<sup>21</sup>.

Poderia argumentar-se, convergindo com a historiografia vigente, que esta assimetria teria sido responsável por substanciais canais de transferência de excedente gerado na economia local para o Rio de Janeiro<sup>22</sup>. Mas esta questão encontra na própria evolução e crise do comércio comissário uma resistência intransponível. A partir dela é que se percebe, em primeiro lugar, a substituição deste comissário como agente fornecedor de produtos envolvidos com o *movimento de giro* das unidades de produção pela estrutura comercial local, e, em segundo, do próprio setor financeiro da cidade no financiamento de curto e longo prazo do processo de produção. *A evolução das estruturas internas inviabilizou boa parte dos mecanismos de transferência de recursos originados na economia da Mata*. Se a parcela relativa da produção agregada da região que foi transferida como pagamento da intermediação do comissário puder ser relativa e grosseiramente identificada com aquela normalmente paga a título de comissão (entre 3 e 5%), percebe-se que há um nítido exagero da historiografia em atribuir a este mecanismo uma descapitalização, em âmbito *estrutural*, para a economia da Mata. Mais importante que isso,

---

<sup>20</sup> GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Op. cit.

<sup>21</sup> PIRES, A. (2004). Op. cit. Cap. 3

<sup>22</sup> LIMA, J. H. (1981). Op. cit. CANO, W. (1985). Op. cit.. WIRTH, J. (1982). Op. cit.; MARTINS, R. (1982). Op. cit.

quaisquer que tenham sido suas proporções, esteve longe de interferir na natureza *endógena* e na capacidade de geração de recursos e criação de oportunidades para as inversões destes mesmos recursos no próprio processo de dinâmica e diversificação econômica do complexo regional.

Contudo, de todos os aspectos da análise e demonstração da existência de um complexo agroexportador na região da Mata mineira, aqueles relativos à existência de uma dimensão financeira colocou-se, como devidamente observado, como um dos mais importantes. Dotada das condições mais significativas para a constituição de uma *estrutura de financiamento* e um correlato *mercado de capitais*, a mera presença de um setor agrário de exportação já incluía um perfil delineado nas condições de oferta e procura por recursos de crédito e financiamento, implicando em forças de indução a investimentos que denominamos aqui de *efeitos de encadeamento financeiros, aqui entendidos como enlaces de natureza financeira e de crédito em que tanto os componentes da estrutura de oferta quanto da procura por recursos estejam sendo gerados na órbita de produção agroexportadora e se efetivando no interior desta mesma economia*<sup>23</sup>.

Por outro lado, a cidade passara por um significativo processo de diversificação urbano-industrial que, desde suas origens, contou com recursos e poupanças acumulados endogenamente. Sua própria efetivação no interior do espaço regional implicou em uma imensa capacidade de catalisação e redistribuição de recursos financeiros que teve neste mercado um importante ponto de referência, inclusive vários canais de transferência de riqueza agrícola para o dinamismo dos setores urbanos da economia. As oportunidades de investimento e o próprio dinamismo econômico criado nestes mesmos setores urbanos geraram uma infinidade de forças de demanda por ativos monetários e financeiros que tiveram neste espaço seu contexto mais imediato e nas formas de riqueza urbana importante fonte de oferta, “enlaces” como no caso da economia de exportação. Quanto maior a conjunção e convergência destes enlaces para o interior da economia, maior o delineamento, diversidade e complexidade do mercado financeiro que irá surgir.

Em outras palavras, Juiz de Fora reuniu, dentro da economia que representava, recursos significativos constituídos por fortunas agrárias, financeiras e mercantis<sup>24</sup>, disponíveis para inversões e investimento de capital ao mesmo tempo em que sofria uma transformação estrutural que tinha, exatamente, na capacidade de transferência de recursos no tempo não só um de seus

---

<sup>23</sup> PIRES, A. (2004). *Café, Finanças e Bancos*. Op. cit. p. 194 ss.

<sup>24</sup> ALMICO, R. (2001). *Fortunas em Movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora – 1870/1914*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas.

fundamentos, mas também uma de suas condições mais importantes de efetivação. A confluência destas forças em um mesmo pólo urbano fez surgir, paulatinamente, um espaço específico na economia voltado para a regulação, controle e legitimação destas atividades que mantinham como essência um *desequilíbrio cronológico no ato de troca*.

É interessante lembrar que este mercado se marcava por importantes características comuns com outras experiências de formação e estruturação de sistemas e mercados financeiros que se desenvolveram em *economias essencialmente pré-industriais*, em que pese a variedade da constituição histórica destas estruturas<sup>25</sup>: sua natureza predominantemente agrícola; a escassez e sazonalidade dos fluxos monetários; concentração de renda; a configuração essencialmente local e regional destes mercados; a importância das fortunas agrárias e mercantis; formas de organização, sistemas e operações bancárias; a presença significativa de agentes individuais a influenciar o próprio comportamento do mercado; a importância das hipotecas; o predomínio do capital de giro e das formas de crédito a ele associado; um perfil de demanda visivelmente atrelado a um retorno de rendimentos fixos; cadeias de débito e endividamento; a *assimetria de informações* e grande importância de *instituições informais* como componentes fundamentais de regulação, legitimação, garantia e funcionalidade *essenciais* à estrutura e comportamento do mercado, entre outros. Todos estes componentes tipificadores de formas de mercados financeiros e de capitais pré-industriais encontrados em outras experiências históricas estão presentes, em maior ou menor grau, no universo financeiro da cidade e região no período desta análise.

É claro que esta estrutura estava, por definição, longe da forma de organização de mercados e instituições financeiras atuais, mas as semelhanças também poderiam surpreender aqueles que se prendem a concepções de mercado que pressupõem conceitos como equilíbrio, eficiência, perfeição ou, mesmo, uma *estrutura capitalista* a fundamentar seus contornos e funcionamento. Nem, tampouco, sua presença significa a constituição de sistemas de crédito e financiamento “adequados”, sob qualquer critério que venha a ser adotado. No entanto, como tem ressaltado a historiografia, valeria muito mais nestas estruturas sua *maleabilidade* (principalmente em períodos de crises econômicas) do que sua eventual “racionalidade” e

---

<sup>25</sup> WIEMERS, E. (1985) “Agriculture and Credit in Nineteenth-Century Mexico: Orizaba and Cordoba, 1822-1871.” In **Hispanic American Historical Review**. 65 (3), 519-546. ROTHEMBERG, W. (1985). “The Emergence of a Capital Market in Rural Massachusetts, 1730-1838.” In **The Journal of Economic History**. Vol. XXII, December. HYLAND, R. (1992). “A Fragile Prosperity: Credit and Agrarian Structure in the Cauca Valley, Colombia, 1851-1887.” In **Hispanic American Historical Review**. 62(3), 369-406.

“equilíbrio” e, como visto, muitas vezes sua *natureza informal* é que se tornará a tônica das relações que tinha que coordenar.

Inadequações, altos custos de transação e de informações, deficiências no sistema legal e institucional, a presença em graus e níveis variados do Estado, “altas” taxas de juros, assimetria de informações, entre outros, são assumidos como *parte integrante* do funcionamento destes mercados de crédito e capital. Mas o que tem marcado a historiografia e surpreendido historiadores do tema é exatamente como estruturas assim delineadas superaram estes “limites” e reuniram condições de realizar, à sua forma, boa parte das funções que os mercados financeiros capitalistas vêm desempenhando em suas próprias economias. O resultado tem sido a descoberta de outros verdadeiros universos de organização e estruturação de sistemas financeiros e mercados de capitais, em muitos casos tão dinâmicos e complexos na diversificação de seus agentes e instrumentos que a concepção que identificava crédito e capitalismo (percebida em autores como Weber) ficou definitivamente combalida. Mais que isso, o estudo destes mercados tem ensinado bastante sobre a forma de comportamento dos próprios mercados contemporâneos e as noções como equilíbrio, eficiência e racionalidade, talvez, sequer estejam presentes nas economias capitalistas contemporâneas.

Também a *dinâmica e funcionalidade* destas estruturas de financiamento tidas como “arcaicas” estiveram presentes de forma bastante nítida no mercado financeiro local. Desta forma, se percebermos a natureza das forças que deram sustentação e delineamento a este espaço da economia, tomando ainda como exemplo o setor bancário, entre inúmeras operações financeiras, veremos uma particular identidade entre as formas predominantes de financiamento e aquelas que vinham ocorrendo no núcleo básico do processo de acumulação de capital desta mesma economia. Dotada de uma escassez crônica de numerário, a postergação de pagamentos tornou-se condição fundamental para os negócios; os títulos de crédito de curto prazo, os instrumentos mais importantes de representação financeira; e as *cadeias de débito* bem como a proporção destes títulos no ativo de firmas e empresas constituíram o resultado natural do processo. Se associarmos esta forma de financiamento com aquela que moldava o processo *predominante* de acumulação de capital (a retenção de lucros para reinversões), podemos

perceber a importância de características como transferência e negociabilidade na efetivação do movimento geral deste processo de acumulação<sup>26</sup>.

São características como estas que vão permitir que operações comerciais de desconto de notas, empréstimos em conta corrente, renovações de empréstimos, entre tantas<sup>27</sup>, fornecessem a liquidez imprescindível em um movimento de reprodução de capital que tinha no adiamento de pagamentos e, portanto, no acúmulo de débitos um de seus componentes fundamentais. Será a partir de operações como estas que o desequilíbrio temporal implícito nas relações de crédito e financiamento poderá ser devidamente equacionado e, ao permitir que o próprio processo de efetivasse, contribuiu decisivamente para o crescimento e diversificação de formas tipicamente capitalistas de produção que vinham se desenvolvendo na economia regional, de uma maneira bastante semelhante do que aconteceu em outros núcleos e centros de produção agrários de exportação do país<sup>28</sup>.

É obvio que a mera existência destas operações não garantia, em si mesmo, o pleno contentamento dos agentes econômicos, e, principalmente, nas condições que supunham ser satisfatórias. Nem mesmo eram suficientes para suprir o conjunto da demanda por crédito geradas no sistema, principalmente para aqueles agentes que, por um motivo ou por outro, mantinham posições de risco consideradas elevadas. O próprio sistema bancário possuía limites estreitos para a realização de várias de suas operações, neste caso principalmente a ausência de um “*Lender of Last Resort*” (um prestador de última instância), tornando particularmente delicado o equilíbrio entre os ativos e passivos bancários e fazendo com que os fluxos de crédito destas instituições fossem extremamente vulneráveis às conjunturas negativas da economia<sup>29</sup>. Sendo assim, a restrição da oferta por parte dos bancos nos períodos de contração (principalmente da política monetária) contribuía, e muito, para a escassez de moeda e deflação que marcava estas conjunturas. A interrupção ou drástica redução destes fluxos de crédito, exatamente no momento em que eram mais necessários, muitas vezes desencadeava as sucessões de falências, insolvências e concordatas que caracterizaram os circuitos de débito típicos do período aqui considerado.

---

<sup>26</sup> CROUZET, F. (1972). “*Introduction.*” In MATHIAS, P. **Capital Formation in the Industrial Revolution** pp. 45-46; NEAL, L. (1997). “*The Finance of Business during Industrial Revolution.*” In FLOUD, R. and McCLOSKEY, D.N. **The Economic History of Britain since 1700**. Cambridge University Press, Cambridge, vol. 1. p. 152 ss.

<sup>27</sup> PIRES, A. (2004). Tabelas 70 e 71.

<sup>28</sup> HANLEY, A.G. (1995). **Capital Markets in the Coffee Economy**. Op. cit.

<sup>29</sup> TRINER, G. (1996) “*The Formation of Modern Brazilian Banking, 1906-1930.*” In **Journal of Latin American Studies**. Cambridge Economic Press, 28

Mas os movimentos de ativos e recursos monetários no tempo não se reduziam ao universo do curto prazo. Conjuntamente com estes surgiram formas de crédito e financiamento que transferiam volumes substanciais de recursos no longo prazo, que também vinham confluir de maneira significativa com as formas que estavam assumindo os processos de acumulação de capital que vinham sustentando a dinâmica e o processo de diversificação setorial que marcou a economia da região no período aqui considerado.

Este universo de financiamento também vem esclarecer outras importantes características do *complexo agroexportador mineiro* e seu mercado de capitais. Com suas origens reportando a períodos bem anteriores à consolidação do próprio sistema bancário na cidade e contendo uma personificação típica em *agentes individuais* também como fornecedores de ativos, estas relações de financiamento de longo prazo constituem outra expressão cabal e explícita dos efeitos de encadeamento financeiros que sublinhamos no trabalho: demanda e oferta de recursos financeiros originados e determinados pela forma de organização da produção agrária de exportação e pelas características próprias do produto principal que gradualmente vão se efetivando no mesmo espaço econômico, delimitando a existência, também aqui, de um espaço de distribuição, regulação e legitimação que encontrou no mercado hipotecário uma de suas expressões mais importantes<sup>30</sup>.

É certo que durante boa parte do período “pré-bancário” predominavam fornecedores e agentes de financiamento identificados principalmente com o comércio de café radicados no Rio de Janeiro, uma decorrência inevitável da natureza periférica do complexo regional, na época apenas em sua fase de constituição. Mas a presença de emprestadores individuais locais constitui também elemento marcante, em especial se considerarmos suas articulações com a própria produção e renda vinculadas às exportações. Além disso, é fundamental lembrarmos que a presença destes *prestamistas*, se antecedeu, também *perpassou* o próprio período de criação e consolidação do aparelho bancário, sublinhando o papel extremamente importante destes agentes individuais no mercado de capitais local em todo o período da pesquisa. A conjunção de vigorosas forças de demanda de recursos de longo prazo com uma estrutura de renda extremamente concentrada, ambas decorrentes da estrutura da produção cafeeira, ensejou induções a investimentos que, ao se concretizarem, constituíram uma das principais bases do mercado de capitais em Juiz de Fora.

---

<sup>30</sup> PIRES, A. (2004). Op. cit. Capítulo 4.

É importante que possamos entender este “circuito financeiro” principalmente pelo lado da oferta individual de recursos de longo prazo, por tudo que ela pode nos revelar. Já nos referimos à importância destes empréstimos para os processos de reprodução e acumulação na própria cultura de exportação, o que, por si só, os colocaria como elementos fundamentais para a realização do processo geral de acumulação de capital da economia da região, considerando a importância da renda gerada pela produção agroexportadora na dinamização de outros setores que vinham se desenvolvendo em torno da produção cafeeira. Por outro lado, os investimentos realizados por estes “prestamistas” no adiantamento de moeda para outros fazendeiros de café, se chegaram a valores extremamente significativos, implicaram numa provisão de liquidez na economia, representando outro aspecto essencial do “circuito” do qual faziam parte, uma vez que sem estes investimentos teríamos apenas riquezas acumuladas e retidas, um entesouramento de ativos sem qualquer participação significativa no conjunto do sistema do qual faziam parte<sup>31</sup>. Por fim, os ganhos decorrentes deste tipo de atividade podem ser devidamente classificados como uma das primeiras formas de *riqueza financeira*, o que não deixa de ter seu significado no período aqui em questão e numa economia essencialmente pré-capitalista, mas que vinha aperfeiçoando cada vez mais seus mecanismos e instrumentos de crédito e financiamento, aproximando-se gradualmente de um contorno propriamente capitalista e permitindo a participação destes agentes neste processo como componentes fundamentais da oferta de recursos e liquidez sem a qual naturalmente não poderia se efetivar.

Além do mais, a presença e importância destes agentes confrontam um dos mais importantes argumentos da *teoria bancária*<sup>32</sup>: aquele que afirma que apenas os bancos podem desempenhar o papel de catalisadores de recursos e sua distribuição mais “racional” para a economia como um todo. Não que este princípio esteja errado; nós mesmos ressaltamos sua importância quando analisamos o surgimento do sistema bancário no complexo regional. Mas em estruturas pré-industriais e com as características que mantinha a economia que temos aqui em foco um outro aspecto assume posição fundamental: a concentração de renda própria desta economia permitirá que recursos ociosos e *relativamente dispersos* (ou pelo menos não “catalisados” em algumas organizações bancárias) desempenhassem um importante papel na provisão de financiamento da economia regional e dos distintos componentes setoriais que a compunham.

---

<sup>31</sup> Id. Ib. p. 183 ss.

Em outras palavras, teríamos uma estrutura financeira que além dos pontos de centralização e irradiação representados pelas instituições bancárias, haveria também a disponibilidade de haveres financeiros originados pela concentração de riqueza individual, aspecto tão importante no entendimento destas estruturas quanto a generalização pela mesma teoria bancária do princípio segundo o qual o que distingue estes agentes dos bancos seria exatamente a ausência da captação de recursos de terceiros por parte dos provedores particulares de meios monetários. Esta diferenciação, mais que meramente conceitual, torna clara e nítida (mesmo que relativa) a distinção da *natureza institucional* dos agentes aqui em referência: a inserção do aparelhamento bancário no campo das *instituições formais*, com sua estrutura de organização empresarial, uma hierarquia burocrática e regras internas próprias, regulação das operações e atividades e subordinação geral a um corpo jurídico estabelecido e controlado pelo aparelho estatal; já os prestamistas, como agentes individuais, se aproximam muito mais do universo das *instituições informais*, cujas atividades e operações vão ser determinadas, basicamente por regras de condutas estabelecidas pela tradição, valores morais, conhecimento pessoal, relações de amizade e parentesco, elementos culturais, entre outros, em que pese a sua mesma subordinação ao corpo legal vigente<sup>33</sup>.

Convém observar, ainda, que este aspecto revela que, para além da má distribuição de renda dentro das *hierarquias sociais*, outro importante elemento de sua dinamização está na concentração *espacial* de recursos, pois é esta concentração que permitirá que a assimetria de informações seja superada e com ela o próprio custo de transação das atividades financeiras. Este fenômeno explica a estreita delimitação espacial dos mercados de capitais pré-capitalistas, evidenciando a importância de sua “*geografia*” e a “*regionalidade implícita*”<sup>34</sup> que os tipificam. Assim, a transmissão de informações e as condições de *confiança* podem ser realizadas a contento fundamentando-se na órbita de relações como o conhecimento e contatos pessoais: a situação de solvência, histórico de débitos, a *reputação* enfim, de devedores em potencial e a existência de credores com disponibilidade de recursos para empréstimos podem se colocar como a base das transações financeiras realizadas *diretamente* entre os agentes. Um paradoxo surge quando pensamos na superação da assimetria de informações realizada desta forma, pois, guardadas as condições de dinâmica da estrutura agroexportadora e de crescimento da economia,

---

<sup>32</sup> FREIXAS, X. and ROCHET, J.C. (1998). **Microeconomics of Banking**. MIT Press, Cambridge.

<sup>33</sup> LAMOREAUX, N. (1986) “*Banks, Kinship and Economic Development: the New England case*”. Op. cit.

<sup>34</sup> ODDER, K. **Capital Mobilization and Regional Financial Markets, 1850-1920**. Garland Publishing, New York, p. 30



quanto *menor* a dimensão espacial do mercado *maior* a facilidade de contatos pessoais e de transmissão de informações nele contida e, portanto, do próprio potencial do fluxo de recursos entre credores e devedores<sup>35</sup>.

Mas há qualificações que devemos esclarecer sobre estas formas de financiamento particulares e de longo prazo que caracterizam o mercado regional. A principal delas está na consideração destas relações no campo da *usura*, o que impõe ainda algumas observações sobre as taxas de juros envolvidas e a própria natureza das transações realizadas<sup>36</sup>. No que se refere à caracterização destes agentes generalizadamente como usurários, com sua devida conotação pejorativa, convém esclarecer, de início, que o fenômeno da usura é por sua própria natureza esporádico, casual e, em sua essência, envolve uma estrutura de oferta extremamente restrita a poucos fornecedores permitindo ganhos que em geral superam as médias das taxas de retorno presentes na economia, implicando invariavelmente na transferência dos bens dados como garantias para o credor, o que, em última instância, inviabilizaria a continuidade e regularidade destas transações.

Com características como estas encontraríamos, por assim dizer, um “espaço financeiro” onde a variação das taxas de juros seria *relativamente* limitada e não seria determinada por qualquer outro mecanismo a não ser a escassa disponibilidade de credores. Desta forma, os juros seriam mantidos altos e não sofreriam *grandes* alterações em função de qualquer modificação objetiva da economia, como oscilações conjunturais, política monetária, mudanças na estrutura de oferta e demanda etc. O número de transações e o volume de recursos manteriam-se *relativamente* restritos e a natureza social dos agentes que eventualmente comporiam a estrutura de oferta também seria marcada por pequenas modificações e, como consequência de todas estas características, a *funcionalidade* do espaço financeiro no interior da estrutura econômica seria também significativamente limitada.

É óbvio que não estamos considerando períodos tão anteriores a esta análise quanto, por exemplo, o período Colonial ou a primeira metade do século XIX, que têm sido sistematicamente investigados por uma produção historiográfica mais contemporânea; nem tampouco, produções envolvendo universos cronológicos mais próximos ao nosso, mas que têm nas áreas de produção

---

<sup>35</sup> MIZRUCHI, M. and STEARNS, L.B. (1994). “*Money, Banking and Financial Markets.*” In SMELSER, N. and SWEDBERG, R. **The Handbook of Economic Sociology.** Op. cit. p. 323.

<sup>36</sup> Ver SHEINKMAN, J. and GLAESER, E. (1994). **Neither a Borrower nor a Lender Be: an economic analysis of interest restrictions and usury laws.** Nation Bureau of Economic Research (NBER), Cambridge, Working Paper 4954;

agroexportadora decadentes ou satélites (como o Vale do Paraíba) seu foco mais importante. Os resultados a que chegamos e as próprias conclusões de nossa análise não têm a pretensão de explicar períodos e realidades tão diferenciados quanto aos nossos, se restringindo exclusivamente aos limites cronológicos e espaciais que se propôs a investigar.

Ora, se procurarmos alguma analogia da realidade aqui considerada ela será encontrada em outros núcleos urbanos que chegaram a desenvolver o papel de pólos financeiros com sua respectiva estrutura de mercado: o número e volume das transações foram extremamente significativos, em termos absolutos e relativos; a regularidade das transações salta aos olhos, principalmente se percebermos suas médias quinquenais (Tabela 01); os atores envolvidos na estrutura de oferta mantinham uma diversificação social notória e que incluía fazendeiros de café, comerciantes de vários matizes e formas, rentiers, proprietários urbanos, capitalistas, entre outros (Tabela 02); e a própria funcionalidade do setor financeiro (que ainda retomaremos) na dinamização e transferência intersetorial de ativos e recursos monetários, financiamento de investimentos, consolidação de débitos, aquisição de imóveis urbanos ou rurais, etc., deve ser destacada exatamente pelo contexto de transição estrutural capitalista que caracteriza o período.

Mas um aspecto em especial merece ser ressaltado aqui: os níveis e oscilações das taxas de juros acompanharam nitidamente as variações conjunturais da economia, tornando nítida a inserção das transações financeiras locais no âmbito de um mercado, em especial se considerarmos *a origem endógena dos recursos*, em que pese os inúmeros *componentes não econômicos* na intermediação destas transações<sup>37</sup>. Além disto, em seu comportamento de longo prazo, também observamos uma clara tendência de declínio dos níveis de juros, indicador seguro do aperfeiçoamento das relações de financiamento que vinham ocorrendo neste mercado (Gráfico 01).

É claro que, também aqui, existem evidentes limites no âmbito das relações de financiamento que se estabeleceram principalmente no mercado hipotecário local. A própria presença maciça do Banco de Crédito Real nestas operações como intermediador de recursos reunidos e agrupados pelo governo estadual vem demonstrar *a insuficiência crônica* deste espaço na captação e distribuição destes mesmos recursos de longo prazo. Já a atuação essencialmente pró-cíclica do Banco contribuía, como no universo do financiamento de curto prazo, para o

---

POWELL, E. (1966). *The Evolution of the Money Market, 1385-1915*. Op. cit.; TAWNEY, R.H. (1965). "Introduction." In WILSON, T. *A Discourse of Usury*. Op. cit

<sup>37</sup> HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J.-L. (2000). Op. cit.

agravamento das conjunturas de escassez de numerário e de liquidez, o que, seguramente, afastou a instituição de uma das mais importantes funções desempenhadas pelo conjunto do mercado hipotecário local nas fases de contração do ciclo de acumulação e restrições financeiras que poderiam se seguir.

Portanto, deve ficar claro, também e principalmente no horizonte financeiro e temporal neste momento em relevo, a deficiência do sistema em satisfazer, a contento, as condições de oferta, preço e disponibilidade de recursos na forma e maneira que demandavam os agentes representativos da “economia real” ou, mais especificamente, das estruturas de produção que eventualmente poderiam personificar. As próprias condições em que eram feitos estes financiamentos, estabelecidas nas cláusulas dos contratos hipotecários, evidenciam a estreiteza das transações desta natureza, todas implicando em imposições aos devedores e cercando os credores das devidas garantias.

É visível, portanto, que a estrutura de financiamento de longo prazo estava longe de suprir as necessidades e perspectivas geradas na esfera da produção. No entanto, o seu simples enquadramento histórico tem revelado elementos que colocam seus limites em outros níveis de argumentação explicativa e como componentes implícitos à sua própria forma de organização estrutural e inserção na economia que o caracterizava, embrionária do capitalismo, permeada por instabilidades macroeconômicas crônicas, altos riscos sistêmicos, deficiências diversas no ambiente de negócios, entre outros. Sob esta perspectiva, os contratos e negociações realizadas nas bases acima, se oneravam o devedor, também se colocaram como condições sem as quais as próprias transações não se efetivariam, nem impediram a articulação regular das esferas da produção com o espaço financeiro, em especial nos períodos de crise, quando o volume de suas atividades se acelerava principalmente devido à presença de suas *instituições informais*, tendo em vista o crescimento dos provedores particulares de recursos e sua atuação fundamentada na base de conhecimentos pessoais, elementos também caracterizadores da organização estrutural do espaço financeiro desta mesma economia.

Com tudo isso, as manifestações vinculadas aos agentes representativos da esfera da produção deveriam ser devidamente inseridas no campo do *conflito distributivo*, com as características e conteúdo em que se configurou no período e não apenas na esfera da economia local e regional. Sendo assim, a visão do universo destas transações financeiras não é necessariamente idêntica àquela que predominou segundo o ponto de vista destes agentes, nem,

muito menos, a delimitação de seu contorno e funções de acordo com a perspectiva de atores sociais que, por definição, compartilhavam seus ganhos com outros atores também identificados com setores imprescindíveis ao próprio movimento e dinamismo da economia. A colocação destes enfoques como *elementos explicativos* destas relações de crédito e financiamento, que tem feito algumas interpretações, não se constituiria como um bom ponto de partida e o distanciamento destas interpretações, ao menos em relação ao universo financeiro aqui em questão, tem se tornado cada vez mais nítido.

Mas uma última observação ainda se impõe acerca do segmento financeiro e mercado de capitais presentes no corpo do complexo regional. Sua convergência com a transformação estrutural de natureza capitalista e a conseqüente reconfiguração das unidades que a concretizaram devem ser destacados como elementos fundamentais das conclusões desta análise. Aqui, em particular, se revelam todos os elementos representativos deste mercado e não apenas no que se refere ao volume de recursos envolvidos, diversidade dos agentes sociais que se colocaram como devedores e credores, sua importância para a internalização de processos de acumulação de capital e delineamento da economia regional, comportamento dos juros, provisão de liquidez, oportunidade de investimentos e ganhos, a complexidade que os instrumentos de crédito assumiram, etc. Em outras palavras, cabe destacar ainda a função dos efeitos de encadeamento financeiros no desempenho da transferência de recursos entre distintos segmentos que compunham o complexo regional, em particular entre a agricultura de exportação e o setor industrial, alimentando sua diversificação setorial e se colocando, ele próprio, como um dos principais vetores da transformação estrutural acima referida.

Já observamos a particular confluência do espaço de financiamento local com a forma específica que assumiu o padrão de acumulação e inversão fundamentado em ganhos retidos por parte das unidades fabris num primeiro momento da industrialização do município. A constituição do Banco como resultado dos efeitos de encadeamento financeiros e sua articulação no circuito representado pelos enlaces fiscais, tornam bastante claros os movimentos de transferência de recursos monetários originados na cafeicultura para a indústria, indireta ou *diretamente*, se tivermos em mente também a importância da captação local de meios monetários através do mecanismo de depósitos e a devida participação da renda gerada pelas exportações neste mesmo mecanismo<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Ver PIRES, A. (2004) Op. cit. tabelas 65 a 69, 70 e 71

Mas também e principalmente na dimensão de longo prazo se abriram canais significativos deste movimento intertemporal e intersetorial de recursos no mercado de capitais local. Desta perspectiva, convém sublinhar a participação de agentes e unidades industriais como elementos de absorção de poupanças disponibilizadas na economia através do mercado hipotecário, ou seja, como *prestatários* de um dos principais espaços de canalização e confluência de recursos monetários e de financiamento gerados pela estrutura de exportação, fosse através dos enlances financeiros diretos (transações realizadas pessoalmente entre os portadores de fortunas agrárias e os próprios industriais) ou da configuração institucional própria que assumiram os enlances fiscais (o sistema bancário nucleado pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais)<sup>39</sup>.

A inserção dos setores sociais e unidades econômicas identificadas com o setor industrial como receptores destes financiamentos em um mercado como o de hipotecas é, obviamente, significativa. Como no caso da estrutura de exportação, permitiu que ativos tangíveis identificados com a produção industrial (máquinas, equipamentos e instalações) se colocassem como garantias, configurando-lhes uma devida representação financeira e com o conseqüente impacto e flexibilização do processo específico de acumulação do capital industrial, em especial sujeito às sucessivas variações conjunturais na forma que vinham ocorrendo na economia; em outras palavras, serviu como espaço particularmente útil de renegociação e redimensionamento temporal de *passivos* muitas vezes acumulados no movimento de giro das unidades industriais, revelando uma importante interseção entre os espaços de financiamento de curto e longo prazo e sua funcionalidade para a reprodução da própria estrutura industrial.

Outros importantes mecanismos e instrumentos presentes e desenvolvidos no universo de financiamento de longo prazo vêm evidenciar a articulação entre padrões e formas de acumulação realizados pelo processo de industrialização e aqueles identificados com a riqueza financeira originada das inversões do capital cafeeiro. A transformação e reconfiguração das unidades de

---

<sup>39</sup> “Empréstimos hipotecários e outros realizados entre industriais com fazendeiros de café são relativamente comuns, principalmente nos processos de falência. Ainda em 1900, na falência da Fábrica de Móveis e Calçados Corrêa e Corrêa, aparecem como credores hipotecários, além do Banco de Crédito Real, Joaquim Monteiro, fazendeiro em Mathias Barbosa e, como credor quirografário, Visconde de Monte Mário. Na falência de Judith Fernandes de Carvalho o credor hipotecário era Christovam de Andrade, conhecido capitalista e fazendeiro local. José Procópio Teixeira e Zeferino de Andrade, ambos capitalistas e fazendeiros, também são credores hipotecários das massas falidas da Companhia Fiação e Tecelagem São Francisco<sup>39</sup> e Barroso, Araújo e Cia. Ltda. Também foi este o caso da Empresa “O Pharol”, que teve como credor hipotecário Alfredo Ferreira Lage. No inventário de Pedro Procópio Rodrigues Valle encontramos quantias substanciais empatadas em dívidas ativas com industriais: 300:000\$ com Procópio, Ladeira e Cia., 300:000\$ com a Cia. Industrial e Construtora Pantaleone e Arcuri, 350:000\$ com a Companhia Central de Diversões e, por fim, 100:000\$ com José Weiss (totalizando um volume total de

produção fabris do município (uma decorrência natural da própria evolução do processo de industrialização que vinha sofrendo) alterou a composição do capital do setor e a natureza de sua demanda de financiamento do universo de curto para aquele de longo prazo. Mais que suas próprias dimensões, como resultado desta reconfiguração, a própria natureza destas unidades como organizações também se modificou de um padrão baseado tipicamente em sociedades simples para outro fundamentado na organização acionária, dotando estas unidades de uma capacidade bem superior de endividamento e *alavancagem financeira* através de novos instrumentos de captação de recursos de longo prazo disponíveis na economia local e regional<sup>40</sup>.

Ora, a configuração acionária constitui, como se sabe, a representação financeira mais importante dos ativos reais de qualquer empresa ou firma, processando em sua essência a transformação destes ativos em *bens intangíveis* (títulos e papéis representativos de riqueza), possibilitando a pulverização, melhor distribuição, transferência e negociabilidade de valores de outra forma imobilizados, redimensionando por si só a capacidade de movimentação de recursos por parte das firmas e sua eventual articulação com o mercado de capitais no qual se inseriam. Sua presença neste mercado implica elemento importante e sintomático de sua evolução e delimitação enquanto tal e, conjuntamente com outros títulos vinculados a organizações acionárias, constituirão novas e significativas oportunidades para investimentos de poupanças, agilizando e aperfeiçoando as transações em seu interior e o próprio remanejamento de recursos entre os setores aqui em questão.

A presença do capital agrário na organização de companhias acionárias no município foi devidamente equacionada em nossas análises anteriores<sup>41</sup>, cabendo lembrar sua importância no surgimento destas companhias em setores tão significativos para a composição do complexo regional quanto para a própria transformação capitalista que sofria: aperfeiçoamento do sistema de transportes, instituições financeiras, infra-estrutura, energia elétrica, serviços públicos, entre outros, seriam objeto de transferências maciças de meios financeiros originados diretamente na

---

1.050 contos em créditos praticamente apenas com o setor industrial)”. PIRES, A. (2004). **Café, Finanças e Bancos**. Op. cit. p. 375 e principalmente tabela 84.

<sup>40</sup> PIRES, A. (2004). Op. cit. p. 319 ss.

<sup>41</sup> “...a percepção dos setores específicos que foram objeto das inversões do capital agrário local é bastante esclarecedora da variedade que estas inversões atingiram. Ao mesmo tempo revela que, para uma cafeicultura que tem sido considerada como incapaz de reter de forma significativa o excedente econômico em sua órbita e de ter reduzido a aplicação de seu capital à própria atividade agroexportadora, sua participação no processo de expansão urbano-industrial de Juiz de Fora foi bastante significativa, estando presente, com maior ou menor importância, em diversos setores estratégicos do crescimento urbano do município, onde pode ser destacado o setor financeiro (como o Banco Territorial e Mercantil e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais), o setor de energia elétrica (Companhia Mineira de Eletricidade), o setor de transportes urbanos, construção civil, além do próprio setor industrial.(...)” PIRES, A. (1993). Op. cit. p. 152. Ver também ALMICO, R. (2001). **Fortunas em Movimento**. Op. cit.

cafeicultura através da aquisição de ações, com tudo o que implicavam no âmbito do aperfeiçoamento da organização empresarial e desenvolvimento do mercado financeiro.

A organização desta instância particular do conjunto do mercado de capitais local constituiu elemento particularmente importante da formação e delineamento da própria estrutura financeira deste complexo, permitindo que todo o potencial da mobilização e circulação de títulos financeiros representativos de inversões reais no setor industrial fosse realizado como parte da reprodução de haveres financeiros disponibilizados no interior da própria economia. Desta maneira, houve uma internalização contínua destes fluxos de financiamento com um nítido contorno de um mercado acionário primário e a devida participação e dinamização das formas de poupança local (inclusive a agrária) no desempenho da acumulação e crescimento do setor industrial do complexo agroexportador da Mata.

Mas outros títulos tipicamente vinculados à forma de organização acionária vão demonstrar de maneira muito mais clara o potencial e o significado que viriam a assumir as transferências do capital cafeeiro para o setor industrial através do mercado financeiro no seio da economia regional. As *debêntures*, por suas próprias características, vão se colocar como instrumentos fundamentais de mobilização de haveres financeiros por parte das unidades industriais. Constituindo-se em títulos de captação de recursos relativamente volumosos e de longo prazo, com nítidos vínculos com o processo de acumulação e crescimento do capital industrial local, mantinha uma remuneração fixa aos seus portadores, ao contrário dos títulos acionários. Com estas características viriam a se adaptar e articular especialmente bem com a estrutura de oferta de poupanças da economia, ao menos na forma que assumiu aqueles identificados com o universo agroexportador<sup>42</sup>.

A canalização de recursos para o setor industrial via mercado de capitais através do lançamento destes instrumentos de débito encontrou, assim, no fluxo de renda e disponibilidade de recursos gerados e retidos na produção cafeeira um de seus elementos mais importantes e a presença de fazendeiros de café na estrutura social destes débitos se revelou extremamente

---

<sup>42</sup> “Os dados que possuímos nos inventários e alguns processos de falência vêm confirmar estas questões. No inventário de Carolina de Assis, esposa de um dos acionistas majoritários da Companhia Mineira de Eletricidade, ele próprio grande fazendeiro de café, a propriedade de debêntures da Companhia é extremamente alta, chegando a atingir ao todo 635 debêntures, atingindo um valor total de 82:944\$000, um valor por si mesmo bastante considerável. Outro inventário de fazendeiro que possui uma participação significativa em debêntures é o do cel. *João Gualberto de Carvalho*, que possuía 300 debêntures da Companhia Fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas, num total de 100:000\$000, além de mais 100 debêntures da Companhia Americana (20:000\$000) e 10 da Companhia Fiação e Tecelagem São Vicente (com valor nominal de 1:000\$000) cada uma, totalizando 10:000\$000. No total, o valor das debêntures de sua carteira de títulos somava 130:000\$000, ou 98,48% de seus ativos financeiros.” PIRES, A. (2004). Op. cit. p. 373.

significativa, principalmente se lembrarmos que estes títulos estiveram particularmente envolvidos com os projetos de investimentos industriais. Os efeitos de encadeamento financeiros que se desenvolveram no interior do complexo regional encontram, portanto, neste mecanismo outro componente esclarecedor de sua expressão e potencial, uma vez evidenciadas não só as transferências como a participação do capital cafeeiro, também aqui, no movimento de acumulação e no próprio processo de industrialização do município.

A consideração conjunta dos mecanismos de financiamento realizados no mercado financeiro local demonstra nitidamente a sua importância e funcionalidade no interior da economia regional. Através de seu funcionamento e delimitação é que podemos perceber uma *nova dimensão da participação do capital cafeeiro no processo de diversificação setorial e da própria transição capitalista da economia*. Além disto, em sua “regionalidade implícita” foi responsável em grande parte pela internalização dos fluxos financeiros no espaço da própria economia regional, aspecto essencial para a superação das assimetrias de recursos já consideradas e de sua delimitação como um complexo agroexportador. Esta conclusão, em particular, possui um papel de relevo se considerarmos o conjunto da estruturas econômicas de produção agroexportadora do país e a historiografia a ela correspondente: *questiona frontalmente a função do Rio de Janeiro como pólo financeiro e de sua Bolsa de Valores como instância de financiamento e de atração inter-regional de recursos*. Mais ainda, torna também evidente a possibilidade de que outras áreas tenham desenvolvido seus próprios mecanismos e espaços de financiamento, sublinhando a importância de sua natureza essencialmente regionalizada e o seu potencial para a transformação de estruturas de produção.

Em outras palavras, por fim, coloca em seu devido patamar outras experiências históricas de transição capitalista e desenvolvimento econômico que ocorreram em universos regionais marcados por sua condição interiorana e/ou periférica e que podem contribuir decisivamente para a compreensão da formação capitalista do país.



Tabela 01  
Hipotecas em Juiz de Fora – Médias Quinquênis – 1853/1939 (em contos)

Quinquênio	Valor Total	Número de Contratos	Valor Médio	Média das Taxas de Juros – mês	Média das Taxas de Juros – ano
1855-1859	445:997	91	6:524\$	1,15	13,80
1860-1864	2.977:791	258	11:667\$	1,15	13,80
1865-1869	1.491:656	98	12:639\$	1,03	12,36
1870-1874	609:347	65	9:348\$	0,96	11,52
1875-1879	2.648:003	135	18:587\$	0,93	11,16
1880-1884	3.184:397	182	18:541\$	0,88	10,56
1885-1889	2.098:773	158	13:916\$	0,89	10,68
1890-1894	4.953:126	285	14:583\$	0,82	9,84
1895-1899	5.630:373	375	15:070\$	0,97	11,64
1900-1904	4.622:806	266	17:487\$	0,94	11,28
1905-1909	4.734:367	271	14:526\$	0,89	10,68
1910-1914	6.509:656	359	18:156\$	0,87	10,44
1915-1919	8.691:836	432	19:775\$	0,91	10,92
1920-1924	1.668:216	36	42:797\$	0,85	10,20
1925-1929	15.438:832	384	37:923\$	1,03	12,36
1930-1934	8.841:814	194	46:186\$	0,99	11,88
1935-1939	980:685	35	30:387\$	0,73	8,76

Fonte: Registros de Hipotecas - 1853-1939 – AHPJF

Tabela 02  
Quadro Geral do Mercado Hipotecário – Juiz de Fora  
Participação dos Credores por Categoria Social Médias Quinquênis (1853-1939) (em contos)

Quinq.	Participação de Credores Agrícolas				Participação do BCR				Participação dos Proprietários e Capitalistas				Participação dos Comerciantes			
	AG	% AG	Mont Agri	% Mont Agri	BCR	% BCR	Mont BCR	% Mt BCR	PC	% PC	Mont PC	% Mon PC	Com	% Com	Mont Com	% Mt Com
1853-1854	12	31,58	346239	45,69	0	0,00	0	0,00	1	2,63	560	0,07	0	0,00	0	0,00
1855-1859	32	35,16	267817	60,05	0	0,00	0	0,00	2	2,20	5604	1,26	5	5,49	36175	8,11
1860-1864	54	20,93	415114	13,94	0	0,00	0	0,00	4	1,55	29265	0,98	37	14,34	1412585	47,44
1865-1869	39	39,80	497186	33,33	0	0,00	0	0,00	6	6,12	11400	0,76	28	28,57	867738	58,17
1870-1874	33	50,77	364665	59,85	0	0,00	0	0,00	11	16,92	66457	10,91	15	23,08	142220	23,34
1875-1879	68	50,37	2044669	77,22	0	0,00	0	0,00	28	20,74	102414	3,87	30	22,22	302369	11,42
1880-1884	63	34,62	982667	30,86	0	0,00	0	0,00	60	32,97	690180	21,67	37	20,33	1007069	31,63
1885-1889	38	24,05	54943	25,96	13	8,23	326500	15,56	51	32,28	337415	16,08	29	18,35	438515	20,89
1890-1894	62	21,75	1154755	23,31	104	36,49	2208700	44,59	70	24,56	563817	11,38	29	10,18	232163	4,69
1895-1899	84	22,40	1741323	30,93	21	5,60	869500	15,44	127	33,87	1191027	21,15	87	23,20	1018525	18,09
1900-1904	68	25,56	1196686	25,89	29	10,90	1296791	28,05	86	32,33	1328042	28,73	43	16,17	428101	9,26
1905-1909	45	16,61	435528	9,20	70	25,83	3242750	68,49	100	36,90	597912	12,63	29	10,70	224703	4,75
1910-1914	48	13,37	539717	8,29	66	18,38	4429055	68,04	160	44,57	1000776	15,37	27	7,52	175278	2,69
1915-1919	50	11,57	445250	5,12	86	19,91	5471512	62,95	170	39,35	1609736	18,52	72	16,67	703108	8,09
1920-1924	2	5,56	8000	0,48	17	47,22	1264937	75,83	9	25,00	163000	9,77	3	8,33	15250	0,91
1925-1929	46	11,98	3164190	20,50	31	8,07	3323000	21,52	235	61,20	6618365	42,87	38	9,90	745996	4,83
1930-1934	11	5,67	348900	3,95	9	4,64	1663632	18,82	100	51,55	2679712	30,31	17	8,76	281000	3,18
1935-1939	2	5,71	85000	8,67	0	0,00	0	0,00	12	34,29	377600	38,50	5	14,29	265000	27,02
TOTAL	757	20,67	14582:649	19,12	446	12,18	24096377	31,59	1232	33,64	17373282	22,77	531	14,50	8295795	10,87

Grafico 01  
 Mercado Hipotecário de Juiz de Fora - Variação entre Número de Contratos e das Taxas de Juros- 1853/1939

